

INSTITUTO	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	D.O.U. nº 192-E (Seção)
Fonte	
Data	6/10/99 Pg 14
Class.	MOD 00 20

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 84-N, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 17 inciso VII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 3.059 de 14 de maio de 1999, no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/GM/89, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 1.922, publicado no D.O.U. de 05 de junho de 1996;

Considerando o que consta do Processo nº 02027.014760/98-63, resolve:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 560,02 ha (quinhentos e sessenta hectares e dois ares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado: FAZENDA RIO DOS PILÕES, situado no Município de Santa Izabel, Estado de São Paulo, de propriedade de Rio dos Pilões Reflorestamento e Comércio Ltda, matriculado com as seguintes matrículas: Matrícula R.3- 29.660, Livro 2, Folhas 1, 1v e 2 em 19/01/1993, Matrícula 25.640, Livro 2, Folhas 1, 1v e 2, 2v em 16/02/1989 e Matrícula 32.843, Livro 2, Folhas 1 e 1v em 18/03/1998 registradas no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Santa Isabel no citado Estado.

Art. 2º Determinar ao proprietário do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente, e dar-lhe a devida publicidade, nos termos do § 1º do art. 6º do mencionado Decreto.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida sujeitarão ao infrator às sanções administrativas previstas na legislação vigente, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

(Of. El. nº 126/99)